

Manual de utilização de **IA** para usuários do serviço judiciário

Manual de Orientação do Comitê de Governança em IA – TJRO



BIÊNIO 2024/2025

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PRESIDENTE

Desembargador Raduan Miguel Filho

VICE-PRESIDENTE

Desembargador Glodner Luiz Pauletto

CORREGEDOR-GERAL

Desembargador Gilberto Barbosa dos Santos

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DIRETOR

Desembargador Alexandre Miguel

VICE-DIRETOR

Juiz de Direito Johnny Gustavo Cledes

SECRETÁRIO-GERAL

José Miguel de Lima





Conceitos Básicos

Risco de “alucinação” na Inteligência Artificial

As Inteligências Artificiais (IAs), apesar de poderosas, podem cometer erros graves, conhecidos como “alucinações”. Elas podem inventar fatos, citações e, mais perigosamente para a prática jurídica, jurisprudências completas que parecem reais, mas não existem. Entender e identificar esses erros é o primeiro passo para um uso seguro e ético da tecnologia.

Sinais de alerta: quando a IA “alucina”

Nomes genéricos	“Fulano de Tal”, “Sicrano” ou “Beltrano”
Datas incompatíveis	Muito recentes, futuras ou em feriados
Citações vagas	Falta de tribunal, número de processo ou relator
Processos suspeitos	Formato inválido ou sequências estranhas
Decisão “perfeita”	Encaixe impecável na tese, sem ressalvas
Exemplos reais	“Rel. Des. Fulano de Tal”, “Des. Beltrano de Tal”



Protocolo Obrigatório de Verificação

Siga estes três passos cruciais **antes** de incluir qualquer jurisprudência gerada por IA em suas petições. O cumprimento desse processo é inegociável para garantir a integridade do seu trabalho.

1

Verificação Oficial

Consulte o site do tribunal citado. Busque o número **exato** do processo. Confirme o relator e a data do julgamento.

2

Verificação Cruzada

Pesquise em outras bases oficiais (STJ, STF). Utilize os buscadores apenas como apoio. Confirme em pelo menos duas fontes.

3

Documentação

Salve *prints* das consultas. Guarde os *links* dos acórdãos. Anote a data e a hora da verificação.



Regras de Ouro para Uso de IA

Entenda os limites e as potencialidades da IA. Use-a como uma assistente para otimizar seu trabalho, mas nunca como a fonte final da verdade jurídica.

O que fazer?

Use IA para:

- Rascunhos iniciais de petições.
- Organização de argumentos.
- Revisão gramatical.
- Sugestões de estrutura textual.

Sempre após usar IA:

- Revise 100% do conteúdo gerado.
- Verifique TODAS as citações jurisprudenciais.
- Confirme TODAS as referências doutrinárias.
- Valide TODOS os dados factuais.

Mantenha controle:

- Documente quando usou IA.
- Mantenha versões originais.
- Anote quais trechos foram gerados.

Jamais:

- Copie jurisprudência da IA sem verificar.
- Confie cegamente em números de processos.
- Use nomes de magistrados sem confirmar.
- Submeta petições sem revisão humana completa.
- Cite doutrinas sem verificar a existência.



Responsabilidades Legais

O uso de informações falsas pode gerar consequências graves. A responsabilidade final é sempre do(a) usuário(a).

Código de Processo Civil

Art. 80 e parágrafos: Responsabilidade por má-fé processual (podendo pagar multa superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa). **Além da má-fé, a atitude viola deveres fundamentais das partes e de seus procuradores, o que pode gerar outras sanções.**

Se Advogado

A apresentação de informação falsa a um tribunal é uma infração grave que, dependendo do caso, pode levar a sanções disciplinares, conforme o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Se Servidor Público

Membros de instituições públicas estão sujeitos ao regimento ético e disciplinar próprios.

Possíveis Consequências

Multa processual

Indenização por danos morais


Processo ético-disciplinar


Responsabilização criminal





Checklist Final Pré-Protocolo


Use esta lista antes de protocolar **qualquer** peça que tenha utilizado IA, para confirmar que sua verificação foi completa e rigorosa.


-  Verifiquei todas as citações jurisprudenciais em fontes oficiais.


-  Confirmei os nomes de magistrados e tribunais.

-  Validei os números de processos.

-  Chequei as datas de julgamento.

-  Revisei os fundamentos jurídicos.

-  Confirmei as referências doutrinárias.

-  Salvei os comprovantes das verificações.



Dúvidas e Orientações

Para verificação e consulta de jurisprudência, utilize sempre os portais oficiais. Eles são a única fonte confiável.

Tribunal de Justiça de Rondônia

Para dúvidas sobre jurisprudência do TJRO, acesse www.tjro.jus.br

Tribunais Superiores

Para verificação de jurisprudência dos tribunais, acesse:

STF: portal.stf.jus.br

STJ: scon.stj.jus.br

TST: jurisprudencia.tst.jus.br

Advertência

O uso irresponsável de IA pode configurar má-fé processual e gerar diversas repercussões.

Lembre-se:

A IA é uma ferramenta auxiliar, não substituta do conhecimento jurídico nem da responsabilidade profissional do advogado. Todo o conteúdo gerado por IA deve ser tratado como rascunho, sujeito à verificação integral.

COMITÊ DE GOVERNANÇA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DO TJRO

Presidente do Comitê

Desembargador Alexandre Miguel

Juíza Auxiliar da Presidência

Valdirene Alves da Fonseca Clementele

Juiz Auxiliar da Corregedoria

Marcelo Tramontini

Juiz Vice-Diretor da Emeron

Johnny Gustavo Cledes

Juiz Substituto

Renan Kirihata

Secretária da Tecnologia da Informação e Comunicação

Ângela Carmen Szymczak de Carvalho

CPEIG/SJIG

Alessandra Maciel Pereira

Seinc/Diaq/Deagesp/SA

Filipe Rodrigo Freitas da Silva

CIES/GGOV

Juan David Ochoa Saavedra



Manual elaborado pelo Comitê de Governança em
Inteligência Artificial do TJRO - **Julho de 2025**